

CHECKLIST

INEXIGIBILIDADE PELO ART. 74, I, DA LEI Nº 14.133/2021

1. Documento de formalização da demanda () fls. ____;
2. Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência ou Projeto Básico, conforme o caso () fls. ____;
3. Justificativa para o objeto contratado como o único que atende às necessidades da Administração () fls. ____;
4. Comprovação da exclusividade do fornecedor/prestador por meio de atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo () fls. ____;
5. Documentos de habilitação jurídica, fiscal e econômico-financeira da contratada () fls. ____;
6. Documentos de comprovação da capacidade técnica da contratada () fls. ____;
7. Proposta de preços apresentada pelo fornecedor/prestador exclusivo () fls. ____;
8. Documentos comprobatórios da razoabilidade do preço contratual, mediante comparativo com outras contratações celebradas pelo próprio fornecedor/prestador, com base em notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de 1 (um) ano antes da contratação com a Administração (art. 23, §4º, da Lei 14.133/2021) () fls. ____;
9. Declaração do setor competente, com base na documentação comprobatória indicada no item anterior, acerca da compatibilidade mercadológica do preço contratual () fls. ____;
10. Realização do procedimento administrativo de inexigibilidade pela Central de Licitações do Estado, se o valor global estimado for superior a R\$ 1.500.000,00, considerado um período de 6 (seis) meses, bem como se o objeto, independentemente do valor, enquadrar-se nas hipóteses previstas no art. 3º, I, do Decreto 42.048/15, salvo quando se tratar de situações enquadráveis nos incisos I a VII do art. 5º do referido Decreto () fls. ____ ou autorização excepcional da SAD para o processamento da dispensa pelo órgão ou entidade, nos termos do art. 6º, I, do Decreto 42.048/2015 () fls. ____;
11. Parecer ou nota técnica que aborde as razões de escolha do fornecedor/prestador, o atendimento aos requisitos de habilitação e de qualificação técnica e a justificativa do preço (art. 72, III, da Lei nº 14.133/2021) () fls. ____;
12. Nota de empenho em valor suficiente para cobrir as despesas do exercício ou, caso o contrato ultrapasse o exercício financeiro, previsão de que o empenho residual será indicado por meio de termo de apostilamento no início do exercício seguinte () fls. ____;

Obs.: Se o instrumento vier sob a forma de minuta, a nota de empenho poderá ser substituída por Declaração de Disponibilidade Orçamentária (DDO), prevista no §1º do art. 29 do Decreto Estadual nº 44.279/17 () fls. ____ (Obs.: a DDO só pode ser emitida caso as despesas estejam compatíveis com o teto de controle da despesa da UG demandante, tendo por base o saldo disponível, ou seja, devem ser abatidos os valores declarados em licitações/ajustes anteriores), consignando, porém, que a assinatura do contrato – e conseqüentemente o início da execução – dependem do cumprimento das providências acima.

13. Autorização da autoridade competente () fls. ____;

14. Minuta do contrato ou instrumento equivalente () fls. ____;

15. Publicação do extrato do contrato no sítio eletrônico oficial, se já estiver assinado () fls. ____.

Obs: Fornecimentos para entrega imediata dispensam a formalização de contrato, o qual poderá ser substituído por nota de empenho acompanhada de autorização de compra. Mesmo nesses casos, necessário publicar o extrato.

16. Se for prevista garantia de execução contratual e esta já for exigível nos termos do contrato, juntada do comprovante de sua prestação: fls. ____;

17. Nota Técnica elaborada pela Assessoria Técnica de Apoio à PGE que analise a conformidade da instrução processual e aprove a minuta contratual () fls. ____.